

MEMÓRIAS DE UMA GREVE: EXPERIÊNCIA DE LUTA DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ EM 1997.

Nayra Vêras de Araujo

Graduada em História, Mestranda em Políticas Públicas da UFPI

E-mail: nayraveras@hotmail.com

Antônia Jesuíta de Lima

Doutora em Ciências Sociais, professora da UFPI

E-mail: a.jel@uol.com.br

O progressivo desenvolvimento da história oral tem possibilitado seu uso em áreas de estudo diversas, como a antropologia, sociologia, história e comunicação. Porém, a utilização desse recurso metodológico ainda tem inspirado dúvidas e confusões resultando em um amplo debate que se processa na contemporaneidade em torno de suas vantagens, limitações, técnicas e procedimentos. Neste sentido, buscando participar desse debate, apresentamos este trabalho visando apresentar as contribuições da história oral para o estudo de caso da greve dos cabos e soldados da polícia militar do Piauí em 1997.

É necessário ressaltar, contudo, que este trabalho não apresenta os resultados finais da pesquisa, que, aliás, ainda está em andamento, ao contrário, este artigo foi produzido a partir das expectativas que se almejam com a pesquisa. Este artigo foi construído a partir do estudo exploratório sobre as fontes disponíveis para este objeto e a tentativa de compatibilizar com os objetivos da pesquisa. Desse levantamento documental constatou-se que só as fontes escritas disponíveis não seriam suficientes para proporcionar resultados satisfatórios, o que nos levou a escolha pelo uso da história oral. Deste modo, neste artigo argumenta-se sobre as contribuições da história oral para a compreensão do episódio, ou seja, como esse aporte teórico-metodológico pode ajudar a recuperar a memória dos atores, evidenciar as microrrelações de poder, as identidades geradoras da mobilização e resgatar a experiência dos atores envolvidos no movimento.

Deste modo, este artigo está estruturado em três partes. No primeiro será apresentado alguns dados relativos a história oral, onde será abordado sobre o surgimento da História Oral e como ela forneceu novos olhares para a compreensão da História. Na segunda parte apresentaremos dados relativos ao nosso objeto de estudo, ou seja, a greve dos policiais militares do Piauí, relacionando com a discussão teórica

sobre conflitos sociais, mobilizações e movimentos sociais e ainda sobre a contribuição da história oral para compreendê-la. E por último discutiremos a relação com a memória.

História Oral: novos olhares para a compreensão da História

A humanidade ao longo de sua produção escrita tem fixado muitas de suas ações no papel: sua literatura, sua ciência, seu direito, sua religião, etc. Instrumentos que acabam por se constituir em artefatos de escrita, e que revelam aspectos sociais e culturais da sociedade em uma determinada época. Ainda hoje, todo evento significativo prescinde de uma documentação escrita, todas as atividades complexas são registradas através da escrita, seja em livros de receitas culinárias, seja em manuais de aparelhos eletroeletrônicos, seja em livros que ditam a moda. Os créditos que são atribuídos a uma invenção ou a uma realização científica dependem do seu registro escrito.

Este predomínio do escrito levou os primeiros estudos da história científica a considerá-la como único testemunho dotado de credibilidade. Longe dessa tendência, a história hoje considera como fonte qualquer objeto ou memória que tenha conseguido resistir ao tempo e por isso mesmo são identificados como testemunhos de uma época. Assim, a historiografia do século XX ampliou os tipos de documentação escritos com as quais irá lidar, utilizando não somente as fontes institucionais e oficiais, hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte.

Foi nesse processo de ampliação do leque documental da História que pode se desenvolver o que hoje chamamos de história oral. Segundo Meihy (2005) a história oral, como a conhecemos hoje, foi formulada por estudos americanos em meados do século XX, resultante de uma nova postura ante as entrevistas, algo que se deu com a soma dos avanços tecnológicos e a necessidade de se resgatar experiências de testemunhas da segunda guerra mundial. Dessa forma, a história oral nasceu vinculada à necessidade de registro de experiências que tinham repercussão pública. No Brasil, o desenvolvimento tardio da história oral deve-se a influência da tradição francesa, muito vinculada à cultura formal e escrita.

Atualmente o uso da história oral está associado principalmente a compreensão de discursos das classes menos favorecidas, que por não terem acesso a produção da documentação escrita se vêm silenciados, uma vez que sua experiência de vida não são

absorvidas pelo dito discurso oficial, conforme assevera Meihy (2005, p.98) de que “[...] a íntima relação com aqueles que não detêm o código escrito é uma das marcas mais fortes da história oral.

Com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva (MEIHY, 2005, p. 25).

A história oral é uma tentativa de pensar a história vivida, ultrapassando a simples condição de coleta de material para historiadores futuros. Portanto, a produção do historiador deve ir além de um ajuntamento de memórias.

É através da narrativa que o passado se aproxima do presente, unindo momentos diferenciados, mas conectados pelo poder criador daquele que narra. Rodrigues (2003, p. 26) complementa, “a narrativa possibilita a participação de agentes históricos antes desconsiderados, pois geralmente em diferentes espaços sociais só mereciam serem lembrados os que se destacavam e impunham sua habilidade no campo político e social.

O ato de narrar revela lembranças dependendo da modalidade de narração adotada, contribuindo para ampliar o conhecimento a respeito da temática escolhida. Cabe, portanto, ao pesquisador a função de garimpar entre os agentes envolvidos na temática estudada, fornecendo elementos a serem comparados que sirvam de complemento a comprovação de questões levantadas ou a rejeição de explicações que antes pareciam plausíveis, tornando mais plurais os testemunhos coletados e considerados na análise apresentada. “Lembranças, comentários, memórias de fatos e impressões sobre acontecimentos, desde a motivados para entrevistas, são a base da história oral” (PATAI Apud MEIHY, 2005, p.18).

Greve dos praças militares e a contribuição de um método

Neste tópico tentaremos explorar as contribuições da história oral para a compreensão da greve militar, a partir dos seguintes questionamentos: Que informações ela pode fornecer? Quais fontes disponíveis para o estudo desse objeto? Dentre o arsenal de opções de fontes (documentos oficiais, imprensa, vídeos, etc.) que

informações são exclusivas da documentação oral? Antes de tentarmos responder a essa questão vamos apresentar uma breve contextualização deste evento.

Aos primeiros dias do mês de julho de 1997, Teresina foi palco de uma sucessão de eventos que se tornou tema de destaque na mídia local daquele período, suscitando debate na arena pública: a greve dos cabos e soldados da polícia militar do Piauí. O que poderia ser considerada fato rotineiro na esteira social das relações trabalhistas, foi tema de destaque devido à proibição desses profissionais de atuação em manifestações grevistas. A greve e a sindicalização são comportamentos vedados aos policiais conforme texto constitucional (artigo 142, § 3º, inciso IV, da C/F de 1988).

A proibição desses profissionais de realizarem esse tipo de manifestação levantou a primeira questão sobre o tema, o de desvelar os motivos que teria levado ao surgimento da manifestação. Neste período, o Piauí passava por uma fase de instabilidade política e econômica, reflexo de aspectos da conjuntura nacional. Na década de 1990 o governo federal investiu em políticas neoliberais promovendo a privatização de empresas estatais o que resultou na falência de empresas nacionais e no aumento do desemprego.

No plano local, as medidas do governo federal, principalmente durante o governo Fernando Henrique, resultaram na imposição de políticas fiscais austeras, que culminaram com a renegociação da dívida dos estados, repercutindo no Piauí de forma extremamente injusta, isto porque o governo federal deixou de considerar as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões, e dentro delas, a todos impondo uma política de iguais exigências (MENDES, 2003).

Neste cenário, o governo local, que tinha a frente o governador Francisco de Assis Moraes Souza, experimenta uma fase de crise econômica que refletiu em manifestações e protestos de servidores públicos que reivindicavam o pagamento de salários atrasados, entre eles bancários, fazendários e professores. Somado a isto, o governo estadual dispunha de apoio minoritário no Legislativo, o que poderia dificultar as ações do governador.

Além disso, é necessário ressaltar que o Brasil na década de 1990 ainda vivencia o processo de redemocratização que começou a ser empreendido a partir da década de 1980, fazendo surgir uma dinâmica diferenciada no cotidiano da sociedade que passa a se colocar em uma nova posição frente a novas condições de participação democrática.

Deste modo, ante o contexto que se esboçava local e nacionalmente surge a questão: a mobilização dos praças piauienses seria expressões da crise de governabilidade do governo estadual, ou seria a contrapartida dos processos de ampliação e estreitamento do sistema político?

Não bastassem essas questões, os estudos de Noronha (2009) sobre ciclos de greves no Brasil indicam que, no caso brasileiro, as greves aumentam não quando os salários caem, mas quando podem subir. Com isto, o autor destaca que a eclosão de greves é influenciada pelo entendimento de que o momento é oportuno para a obtenção de ganhos. Mas, ante a situação de crise, anteriormente descrita, pela qual passava a conjuntura local, não se verifica, pelo menos aparentemente, situação oportuna para ganhos. Destarte, que fatores teriam conduzido os policiais militares a realizarem uma greve naquele período?

Considerando esse emaranhado de questões que envolvem a conjuntura político-econômica nacional, marcada por fortes crises econômicas; o contexto local, demarcado por práticas populistas no governo do estado; o processo de redemocratização do Brasil e a ampliação da noção de cidadania; além das dificuldades de barganha coletiva, tendo em vista o período de crise pelo qual passava o Brasil e o Piauí, a pesquisa a que temos nos dedicado se propõe com o objetivo de compreender os fatores contextuais que possibilitaram os praças da Polícia Militar do Piauí a promoverem a primeira experiência de manifestação coletiva liderada por cabos e soldados na história da Polícia Militar do Piauí em 162 anos de história da PMPI. Mas não somente isto, busca-se além da análise do contexto político- econômico e social, a caracterização das manifestações através das ações, aliados, carências e composições, com isso pretende-se conhecer quem foram os manifestantes e quais as reivindicações; analisar a manifestantes, governo, Estado e sociedade e; apreender o significado da experiência de mobilização coletiva para os próprios policiais.

Estes objetivos foram estabelecidos após um levantamento documental sobre que fontes estariam a nossa disposição nesse trajeto. Neste processo, os jornais impressos arquivados em arquivos públicos foram importante para demarcar a configuração de um quadro geral de realidade e a delimitação do objeto de estudo. Nesta etapa os jornais se constituíram em importante fonte de informações, na medida em que permitiu verificar os momentos de visibilidades das mobilizações, indicarem as

lideranças, alianças e estratégias de ação coletiva. Além dos jornais, documentos institucionais da polícia militar como estatutos e regimentos; planos e relatórios de atividade do governo e atas de sessões da Assembléia Legislativa foram e continuaram sendo importantes nessa fase. Fotografias do acervo pessoal dos militares envolvidos forneceram ainda dados relativos ao cenário das mobilizações e sobre personalidades envolvidas na mobilização.

Mas, mesmo ante a disponibilidade de fontes da imprensa e de alguns dados oficiais como atas de reuniões da assembléia legislativa, alguns registros não podem ser submetidos a análise porque já não existem mais. As pautas de reuniões e as imagens do material telejornalístico, bem como panfletos de convocação de assembléia dos militares, que poderiam ser importantes fontes de análise, não existem mais.

Deste modo a documentação escrita existente não permite dados suficientes para a compreensão do nosso objeto, porém ela nos fornece indicativos sobre quais questionamentos devem ser feitos no momento da entrevista. Com isso, entendemos que “a história oral pode ganhar mais e melhores dimensões de forem usados outros documentos de apoio, que tanto podem servir de base para a formulação de entrevistas como para complementá-las (Levine Apud Meihy, 2005, p. 93).

Estes dados, de exclusividade da fonte oral, diz respeito a compreensão sobre a organização do movimento, como se processou a comunicação interna, as tentativas de negociações prévias, as carências, a situação de vida, o sentimento de injustiça. Estas informações, que não podem absorvidas pela documentação escrita podem ser resgatadas através da memória coletiva dos policiais militares envolvidos, e esta memória só pode ser resgatada através do procedimento da história oral. Isto porque se tratando de um fato recente, seus participantes ainda estão vivos e muitos ainda em atividade, podendo revelar ainda os efeitos da mobilização para a categoria.

A entrevista com policiais militares que participaram da organização e liderança das mobilizações fornecerá indicativos sobre as estratégias de organização da greve e sobre as motivações para ação.

A manifestação dos policiais militares piauienses, em 1997, teve duração de seis dias e, conforme notícias veiculadas pelos jornais locais foram motivadas por questões salariais. Os baixos salários implicavam uma situação de vida em que coexistiam: dívidas, realização de serviços extras (bicos) e habitações em áreas de invasão na

periferia da cidade (RIBEIRO, 1997). Embora a principal reivindicação fosse a exigência por aumentos salariais, até porque “[...]os salários tendem a ser, permanentemente e em toda parte, o tema central das relações de trabalho e a principal reivindicação das greves” (NORONHA, 2009, p.147), estava ainda entre as reivindicações dos PMs, o estabelecimento de um quadro de horário de trabalho; a participação dos cabos e soldados no conselho de Política salarial do quartel do comando Geral; mudança no regime disciplinar da PMPI; pagamento de abono de férias, licença especial, ajuda de custo, adicional noturno e gratificação por tempo de serviço (TERESINA..., 1997, p. 04). Além da divulgação na imprensa, as reivindicações dos policiais foram debatidas em sessão na Assembléia legislativa, em que

[...] o deputado Fernando Monteiro ocupou a tribuna para manifestar sua solidariedade e a do Partido da Frente Liberal, reconhecendo a existência e a organização do movimento de paralisação dos policiais militares do Piauí, criticando a posição do Governador Mão Santa, que procura desconhecer a necessidade desse movimento. Disse o orador que a concentração dos policiais se deve às reivindicações da categoria no tocante ao adicional noturno; adicional de risco de vida; gratificação de representação e a incorporação da diária operacional, garantida pelo Estatuto dos policiais Militares. Finalizando leu um manifesto de repúdio dos Coronéis da Polícia Militar às palavras grosseiras que lhe foram dirigidas pelo Governador Mão Santa,[...] (PIAUI, 1997, p. 2)

Na assembléia legislativa a greve dos militares foi mencionada ainda no discurso de Wellington Dias, Adolfo Nunes, José Raimundo. Na câmara a greve dos PMs foi apoiada principalmente por vereadoras petistas como Francisca Trindade e Flora Isabel(VEREADORAS..., 1997, p. 4).

Além da suspensão do ofício, os policiais fizeram passeatas portaram faixas, entoaram hinos e palavras de ordem, e realizaram suas assembléias no Teatro de Arena, teatro aberto localizado no centro de Teresina, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida por Praça da Bandeira, que foi o principal local de concentração dos manifestantes (TERESINA..., 1997, p. 04).

Antes, durante e depois do movimento de paralisação da polícia, a mídia esteve presente na cobertura do fato. Além das notícias, o tema era pauta de discussão em editoriais, artigos de opinião e colunas pessoais, onde o tema foi colocado como pauta de reflexão, de curiosidade ou de apoio as manifestações. Os jornais impressos “O Dia” e Diário do Povo” noticiaram que o movimento dos policiais teve ampla participação da sociedade piauiense. Destaque para a participação de vereadoras e deputados, o

arcebispo de Teresina e até mesmo coronel de reserva. Durante a paralisação houve tentativas de negociação por parte do governo, mas nenhuma com êxito.

Somente após seis dias de paralisação, os praças militares entraram em acordo com o governador do estado e decretaram o fim da greve, que teve desfecho apoteótico com a saída do governador Francisco de Assis Moraes Sousa, do Palácio de Karnak (sede do governo estadual) a pé, pelas ruas da cidade para encontrar os policiais na praça da Bandeira, onde foi recebido com aplausos e participou da manifestação cantando o Hino nacional e o da polícia militar (MÃO..., 1997, p. 3). A greve dos PMs acarretou na mudança do código de vencimentos da polícia militar, na concessão de aumento salarial para os praças, na construção de moradias para os PMS e na punição dos militares envolvidos na manifestações, conforme preceitua o código penal militar.

No período em que ocorreu a greve dos policiais militares, a folha de pagamento dos servidores públicos estava em atraso, registrando-se com frequência a ocorrência de greve e manifestações de descontentamento por parte de servidores públicos, entre eles, bancários, professores e fazendários. Além das manifestações que se apresentavam no contexto local o estudo bibliográfico indicou que, no mesmo período, uma sequência de manifestações de policiais militares ocorreu em mais treze estados do país, conforme registros da imprensa da época.

[...]No último mês, em 13 Estados policiais militares e civis quebraram a disciplina para fazer greves e passeatas por aumentos salariais. O Exército foi acionado para garantir a ordem com três mil homens em sete Estados, o que não ocorreu nem mesmo durante o regime militar.

[...]Os policiais de Minas foram os primeiros a se rebelar e conseguiram dobrar o governador que concedeu um reajuste salarial, estimulando o efeito dominó no movimento (HOLLANDA; ANDRADE, 1997).

Destarte, surge o questionamento sobre que condicionantes teriam contribuído para a eclosão da greve no Piauí: a ação grevista seria resultado de fatores conjunturais internos, condicionadas por fatores do contexto local? Ou seria influenciada por fatores externos, motivados pela repercussão do movimento em outros estados?

A greve dos policiais brasileiros, a partir da década seguinte, anos 2000, despertou interesse de pesquisadores, que se debruçaram sobre processos locais, para analisar o tema. É o caso dos estudos de Ewerton José Braz Miranda (2006) e Adriano Oliveira (2000) sobre a greve dos PMs em Recife, e os de Juracy Costa Amaral (2000) e Juniele Rabêlo de Almeida (2004), sobre a greve da Polícia Militar de Minas Gerais.

Gohn (2000) ao descrever o cenário brasileiro na década de 1990 destaca o crescimento do mercado informal como elemento desestruturador das lutas trabalhadoras, pois com o mercado informal as relações de trabalho deixaram de ser foco das lutas dos trabalhadores. Noronha (2009) acrescenta como fator de redução no índice no volume de conflitos na década de 1990, o desemprego; o efeito acumulado da estabilidade dos preços, que eliminou a necessidade de revisão permanente dos acordos salariais; e as alterações da percepção pública sobre a pertinência das greves.

Neste contexto, os sindicatos de trabalhadores perderam espaço porque as condições de organização no setor da economia informal tornam-se mais difíceis. Os movimentos sociais perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras passam a exigir a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganharam importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público. No âmbito das mobilizações foi um período de redefinição do cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos alteraram-se ou entraram em crise e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST cresceu e organizou-se em âmbito nacional com diretrizes gerais, transformando-se no maior movimento popular do Brasil nos anos 1990. Os anos 90 foram marcados ainda pelo surgimento de novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana. Conforme destaca Gohn (2000) os movimentos passaram a centrar-se mais em valores baseados na solidariedade humana e menos em projetos políticos partidários e as ações coletivas se apresentaram, segundo ela, mais como “campanhas” do que como movimentos sociais.

A teorização sobre mobilizações sociais é uma preocupação recorrente nas Ciências Sociais e na História, expressa em uma extensa produção, com escopos analíticos diversos. A complexidade do tema, a heterogeneidade de objetos e contextos são fatores que fazem dos conflitos sociais uma fonte quase inesgotável de estudos, análises e novos aportes analíticos.

Marx, embora não tenha teorizado sobre as ações coletivas, delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado (GOHN, 2000; DOMINGUES, 2003) e pode contribuir para a formatação de uma importante teoria para a compreensão dos conflitos sociais. Seus escritos influenciaram na análise tida como Clássica ou tradicional dos movimentos sociais. Do modelo clássico, em que as mobilizações e os

conflitos sociais foram interpretados à luz da teoria da revolução, às atuais interpretações, na literatura especializada se encontram várias interpretações teóricas, ora privilegiando a importância do contexto econômico e político para o surgimento dos movimentos sociais, ora enfatizando as carências pessoais como fatores determinantes de motivação para a ação.

No campo da produção histórica sobre conflitos e movimentos sociais destacam-se os nomes de E. P. Thompson e de Eric Hobsbawm, autores influenciados pela vertente marxista, que se dedicaram às análises dos movimentos dos trabalhadores, preocupados em recuperar as condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos.

E.P. Thompson e o papel das experiências elaborou estudos a partir de 1950 em que resgata a história das classes trabalhadoras inglesas; resgatando uma categoria básica de análise, nos marcos do materialismo histórico, que é a da experiência histórica e cultural das pessoas. Este autor se propõe a trabalhar com as experiências das pessoas como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram. “Experiência como *práxis* que envolve uma reflexão pessoal e do grupo social e não apenas como uma categoria de análise do pesquisador[...]

 (GONH, 2000, p. 204). Sua contribuição metodológica de na análise dos movimentos sociais populares é observar as camadas populares no seu cotidiano, apreendendo o que vivenciam. Dessa forma, ganham relevância a situação de carência, os sentimentos de injustiça e de exclusão.

Hobsbawm é dos analistas marxistas contemporâneos mais importantes, este autor dedicou-se ao estudo das condições concretas das classes trabalhadoras, investigando sobre os movimentos sociais dos trabalhadores europeus do século XIX e XX. Hobsbawm analisou as mudanças econômicas e culturais do mundo contemporâneo percebendo como essas mudanças interferiram nos movimentos sociais dos trabalhadores.

A relação com a Memória e a Identidade

O estudo da memória perpassa a área das ciências humanas e se amplia por domínios que ultrapassam os limites do estudo social, incluindo-se conceitos clínicos,

psicológicos e biológicos. Neste estudo retomaremos alguns conceitos dentro dos limites das ciências sociais, a dita memória social.

O termo memória diz respeito à capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmití-los às gerações posteriores. Esta memória pode se configurar em dois níveis, no plano individual; a dita memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que também contém aspectos da memória do grupo social; ou no plano social a memória denominada de coletiva, que é aquela formada por fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla.

O recurso da história contribuiu de forma inestimável para a preservação da memória. A memória pode ser descrita como algo não confiável porque ela fica distorcida por fatores de ordem física, idade avançada e a influência de versões coletivas no individual. Assumindo diversos significados a memória aparece também como ávida a permanente evolução, o reascender das lembranças, sendo atualizada constantemente. Como afirma Nora (1993, p. 9) “a memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta e o torna prosaica”.

Na História os relatos e as lembranças reportam à memória, que serve como uma válvula impulsionadora da história, reacesa ou expressa por fragmentos orais da memória. Assim, a memória é tida como um instrumento de cristalização da história, arquivos da história. Nora (1993, p. 14) concluiu tal discussão afirmando que “a necessidade da memória é a necessidade da história”.

A passagem da memória para a história faz criar em cada grupo uma identidade transformando simples indivíduos em sujeitos da própria história. Para Bosi (2003, p. 36) “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente, penetrante, oculta e invasora”. A memória que forjamos é estereotipada por uma memória coletiva que influencia na memória individual. A memória é quem dita e a história é quem escreve (NORA, 1993).

Pollak (1992, p. 202) afirma que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, mas também as oposições irreduzíveis”. Este autor, ao argumentar sobre o conceito de memória, o faz relacionando memória e identidade definindo que a memória é um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do

trabalho de organização (individual ou socialmente). Sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Para este autor

a identidade refere-se a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLACK, 1989, p. 7).

A identidade consiste em uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. É uma construção imaginária que desencadeia a união social, possibilitando o reconhecimento do indivíduo frente uma coletividade. As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recorte do social (PESAVENTO, 2008)

O reconhecimento da identidade é feito pelo compartilhamento dos indivíduos de problemas, maioria social. O que existe, na verdade, é um sentimento individual de permanência identitária, e essa permanência existe dentro de contextos diferentes.

Meihy(2005, p. 65) contribui com essa afirmação ao dizer que “a identidade que dá qualidade à memória que distingue sua identidade, uma não existe sem a outra”. Alertando que para verificação da identidade é fundamental que se leve em conta o lugar social dos indivíduos ou grupos que projetam as versões, “[...] a memória de um conjunto de pessoas deve sempre evocar a identidade do grupo que a gerou, para que se possa assim estabelecer os diálogos entre o pessoal (indivíduo) e o geral(social)”(MEIHY, 2005, p.70)

Ao permitir a reconstrução de aspectos do passado recente, o trabalho com a memória também possibilita uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas direta ou indiretamente compreendendo seu valor na vida local, as maneiras de recuperá-la e conservá-la. Esse processo desperta as consciências do grupo quanto aos problemas contemporâneos da vida da comunidade estudada e conduz naturalmente a ações conjuntas e politicamente conscientes visando sua superação, fortalecendo, pois

a identidade de grupo. Para Lê Goff (p.535) a história é forma científica da memória coletiva.

Em toda sociedade, existe um grupo que consegue assumir as posições de poder, e é esse grupo quem produz a memória oficial. Os grupos marginalizados desse processo acumulam as ditas memórias subterrâneas ou marginais, como caracteriza Pollak (1989), que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores, utilizando o método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas emirjam e possam então ser registradas. Não é demais frisar que este é objetivo da pesquisa que se propõe nesse trabalho, promover o resgate dos discursos de memória dos agentes envolvidos no movimento social e transformar-los em memória oficial e institucionalizada.

Os policiais militares constroem sua identidade pautados em regulamentos, normas e leis que os caracterizam e os definem como distintos dos civis. Estas regulamentações definem sua conduta e estabelece um estilo de vida diferenciado, no qual são caracterizados pela submissão direta a hierarquia e a disciplina, adaptando - os a uma identidade e culturas próprias.

A polícia militar é dupla: pode-se defini-la como um compósito de duas proto-instituições bastante diversas, seja pela formação, seja pelo acesso a prerrogativas e recursos (materiais, de autoridade e de prestígio), seja pela forma de ingresso, seja pelas perspectivas de ascensão na carreira, seja pela natureza das próprias funções ou pelas respectivas identidades (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 10).

A carreira policial militar que se compõe de duas categorias - praças e oficiais - com suas respectivas subdivisões hierárquicas. Em ordem crescente de hierarquia, os praças atuam nos postos de soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente; os oficiais, nos postos de 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Como instituição responsável pelo controle da segurança pública, a organização hierarquizada garante “[...]a forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade” (WEBER, 1991, p. 145).

Conforme o regulamento disciplinar da Polícia Militar (BRASIL, 1997), o indivíduo de profissão policial-militar deve seguir as diretrizes da corporação através de legislação específica e decretos que determinam as prescrições regulamentares para

aplicação às situações diárias da vida, estando o militar de serviço ou não, em área militar ou em sociedade.

Por esse motivo, embora atuando como profissionais em Estado democrático de direitos, policiais militares não têm garantido direitos fundamentais atribuídos aos indivíduos civis, como por exemplo, o direito a greve e a sindicalização. Essas proibições fazem parte do mundo do policial militar, que é caracterizado pela submissão a hierarquia e a disciplina. Isto significa que ao se manifestarem coletivamente, os policiais militares agiram contrariando as normas disciplinares e a conduta legal estabelecida pela constituição e pelo código penal militar. Mas, se por um lado, os agentes da polícia militar agiram na ilegalidade ao praticar ato grevista, ante a desobediência aos preceitos legais, ocorre igualmente um descompasso entre o quadro formal democrático e o exercício pleno da cidadania e da participação democrática. A história oral tem, conforme afirma Meihy (2005, p. 100), “[...] dupla função política, pois se compromete tanto com a democracia – que é condição para sua realização – como com o direito de saber – que permite veicular opiniões variadas sobre temas do presente.”

Considerações Finais

Através destas reflexões sobre a memória e a história percebemos a importância que possui na construção da outra e vice-versa, a história é construída por fragmentos de memória. A História oral pesquisa a memória de indivíduo como um desafio a essa memória nas mãos dos pesquisadores. Esse desafio consiste num recurso criado pela História com a finalidade de prescrever a memória. A lembrança individual pode ser transmitida em variados espaços da vida social, dando sentido à identidade individual e do grupo.

Logo, o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado a um número de referências associadas, guiadas pela preocupação não apenas em manter as fronteiras sociais, como também de modificá-las. Assim, toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma.

Neste artigo observou-se que história oral não deve ser um recurso utilizado somente quando não há documentação escrita disponível, pelo contrário uma serve de alimento a outra em processo de retroalimentação.

No caso da greve dos praças piauienses, a história oral pode fornecer dados relativos a organização do evento, a escolha das lideranças, aos desentendimentos internos, a situação de injustiça, ao relacionamento com os oficiais, além de revelarem qual o significado da greve para os seus participantes. Informações que a documentação escrita disponível não pode revelar.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Decreto nº2.243, de 3 de junho de 1997.(mimeo)

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DOMINGUES, José Maurício Domingues. Vida Cotidiana, História e Movimentos Sociais. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 461- 490, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a02v46n3.pdf>> Acesso em: 12 out. 2009.

GOHN, **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HOLLANDA, Eduardo; ANDRADE, Patrícia. A crise de verdade. **Revista isto É**. São Paulo: editora três, jul. 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MÃO Santa aplaudido na assembléia dos militares, **O Dia**, Teresina, p. 3, 10 jul. 1997.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **O que pensam os profissionais de segurança pública**. Brasil, 2009.

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10. São Paulo: PUC, dez. 1993, p. 7-28.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIAUÍ (Estado). Assembléia Legislativa. **Atas das sessões Legislativas**, Teresina, 9 jul. 1997.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Efrém. Uma polícia paralisada. **O Dia**. Teresina, p. 8A, 05 jul. 1997.

RODRIGUES, Rui Martinho. A propósito da historia oral. In: Vasconcelos, José Gerado; Antonio Germano Junior (Orgs.). **Linguagens da historia**. Fortaleza: Imprece, 2003.

TERESINA poderá ficar sem policiamento. **Diário do Povo**, Teresina, p. 4, 04 jul. 1997.

VEREADORAS apóiam movimentos dos policiais. **Diário do Povo**, Teresina, p. 4, 07 jul. 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991, p.139-198.